

Gláucia Wesselovicz
Janaina Cazini
(Organizadoras)

Diálogos sobre **Inclusão 2**



Glaucia Wesselovicz
Janaina Cazini
(Organizadoras)

Diálogos sobre Inclusão 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof.^a Dr.^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Dr.^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.^a Dr.^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof.^a Dr.^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof.^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D536	Diálogos sobre inclusão 2 [recurso eletrônico] / Organizadoras Glauca Wesselovicz, Janaina Cazini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Diálogos Sobre Inclusão; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-363-7 DOI 10.22533/at.ed.637192805 1. Brasil – Condições sociais. 2. Desenvolvimento social. 3. Integração social. I. Wesselovicz, Glauca. II. Cazini, Janaina. III. Série. CDD 361.2
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná - Brasil

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

A obra “Diálogos sobre Inclusão” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seus 24 capítulos do volume II, apresenta estudos relacionados a inclusão social com propósito de cooperar para que profissionais, educadores e toda sociedade possam contribuir para elaboração de políticas públicas que garantam as mesmas oportunidades a todos.

Apesar do nosso país ser conhecido por sua diversidade e pluralidade cultural, o problema da exclusão social atinge várias camadas da sociedade e entender como solucioná-las é tarefa complexa, que envolve diferentes esferas sociais interligadas.

Embora estejamos no Século XXI, com um cenário tecnológico e de informação em grande avanço, ainda a condição do acesso aos direitos fundamentais e de igualdade não atingem a quem mais precisa.

Estar atento às possibilidades, é inerente a todos os equipamentos da sociedade e, para isso, o trabalho conjunto entre Instituições educacionais, ONGs e organizações públicas e privadas, se tornam essenciais. Seja no acesso a informação ou cumprimento das leis que asseguram o acesso a igualitário de todos.

Esperamos que esta obra possa inspirar e incentivar a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Glaucia Wesselovicz
Janaína Cazini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A EQUIDADE NA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO DE UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE PICOS-PI	
Shearley Lima Teixeira Paulo Fernando Mafra de Souza Junior	
DOI 10.22533/at.ed.6371928051	
CAPÍTULO 2	11
A CONSTRUÇÃO DE UM NAPNE NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO COLÉGIO PEDRO II	
Cintia Tavares Ferreira Celeste Azulay Kelman	
DOI 10.22533/at.ed.6371928052	
CAPÍTULO 3	23
A DISCIPLINA DE LIBRAS NO ENSINO SUPERIOR: UM PANORAMA DOS ACADÊMICOS DE LETRAS DA UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI	
Luiza Valdevino Lima Daniela Valdevino Lima Luciana Maria de Souza Macedo Geórgia Maria de Alencar Maia Ana Patrícia Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.6371928053	
CAPÍTULO 4	31
A EDUCAÇÃO INCLUSIVA COM FOCO NA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO NAPNE	
Amanda de Almeida Soares Karla Percília da Silva Fortes	
DOI 10.22533/at.ed.6371928054	
CAPÍTULO 5	37
A GESTÃO PEDAGÓGICA E O PROCESSO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL DE ALUNOS CEGOS: UM ESTUDO DE CASO	
Alexandre Ribeiro da Silva Geandra Claudia Silva Santos	
DOI 10.22533/at.ed.6371928055	
CAPÍTULO 6	52
ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO, INTELIGÊNCIA E CRIATIVIDADE NO PIBIC: UM ESTUDO SOBRE A UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO	
Vera Borges de Sá Laís Bezerra Ferraz Pedro Botelho Cynthia Maria Pereira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6371928056	

CAPÍTULO 7	64
APAE: DAS CONCEPÇÕES FILOSÓFIAS ÀS IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS PARA A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM RIO BRANCO - ACRE	
Maria Auxileide da Silva Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.6371928057	
CAPÍTULO 8	76
AS ESPECIFICIDADES DO TRANSTORNO Opositor DESAFIADOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR	
Ana Paula Silva Andrade Jorge	
Ana Luiza Barcelos Ribeiro	
Bianka Pires André	
DOI 10.22533/at.ed.6371928058	
CAPÍTULO 9	84
CENTRO DE ATENÇÃO AO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL (CADE): UMA REDE DE APOIO NA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA EDUCACIONAL INCLUSIVA EM SANTO ANDRÉ-SP	
Amanda Sousa Batista Do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.6371928059	
CAPÍTULO 10	94
CONTRIBUIÇÕES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA A EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR	
Cristiane de Fatima Costa Freire	
Francileide Batista de Almeida Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.63719280510	
CAPÍTULO 11	105
DISCUTINDO A APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO NA ESCOLA PÚBLICA	
Maria das Dores Trajano da Silva,	
Fernanda Araújo Tavares Sabino	
Alice Lima da Silva	
Thayná Souto Batista	
Vagda Gutemberg Gonçalves Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.63719280511	
CAPÍTULO 12	113
EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: VISLUMBRANDO DESAFIOS POSSÍVEIS	
Rejane Gomes Ferreira	
Isandra de França Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.63719280512	

CAPÍTULO 13	122
EDUCAÇÃO NO BRASIL: O USO DAS CONCEPÇÕES INCLUSIVAS E AS PROPOSTAS INTERDISCIPLINARES DENTRO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Luandson Luis Da Silva	
Samilly dos Santos Bernardo Luis	
Joel Nunes De Farias	
Aldair Viana Silva de Alcaniz	
Nadjeana Ramalho da Silva	
Elaine Cristina Meireles Silva	
Elenith Jussier de Lima Silva	
Ivanildo Severino da Silva	
Hosana Souza de Farias	
DOI 10.22533/at.ed.63719280513	
CAPÍTULO 14	134
EDUCACIÓN HOSPITALARIA, VOCES DESDE UNA EDUCACIÓN SENTIDA	
Priscilla Cabrera Huichalaf	
José Guillermo Reyes Rojas	
DOI 10.22533/at.ed.63719280514	
CAPÍTULO 15	142
FORMAÇÃO DOCENTE E A PRÁTICA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ESTUDANTES SURDOS	
Polliana Barboza	
Fernando Rodrigues Tavares	
DOI 10.22533/at.ed.63719280515	
CAPÍTULO 16	152
ESTUDO DE CUNHO ETNOGRÁFICO DA EXPERIÊNCIA DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO SUPERIOR: SIGNIFICADOS E EVIDÊNCIAS	
Ana Cristina Silva Soares	
DOI 10.22533/at.ed.63719280516	
CAPÍTULO 17	163
GESTÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA	
Amanda Drzewinski de Miranda	
Eliza Ribas Gracino	
Nilcéia Aparecida Maciel Pinheiro	
Sani de Carvalho Rutz da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.63719280517	
CAPÍTULO 18	178
INCLUSÃO, EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: MÚLTIPLOS OLHARES	
Walkiria de Fátima Tavares de Almeida	
Daniel González González	
DOI 10.22533/at.ed.63719280518	

CAPÍTULO 19	187
O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA COMO CAMINHO PARA DIMINUIR O RACISMO NA ESCOLA	
<p>Maria Leonilde da Silva Allan Kardec Alves da Mota Karla Janaina Barbalho Maciel Cátia Silene da Silva Araújo Pereira</p>	
DOI 10.22533/at.ed.63719280519	
CAPÍTULO 20	199
O LEDOR DIANTE DOS ESTUDOS SOBRE A DEFICIÊNCIA	
<p>Antônio Ferreira de Melo Júnior</p>	
DOI 10.22533/at.ed.63719280520	
CAPÍTULO 21	210
O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE CAMPINA GRANDE - PB	
<p>Débora Aragão Bezerra</p>	
DOI 10.22533/at.ed.63719280521	
CAPÍTULO 22	215
OLHARES E PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE A INCLUSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS	
<p>Géssika Cecília Carvalho da Silva Márcia Rafaella Graciliano dos Santos Viana Elidiane Lemos do Nascimento Michele Santana de Oliveira Elisnando Correia Ferreira</p>	
DOI 10.22533/at.ed.63719280522	
CAPÍTULO 23	226
SABERES DA EXPERIÊNCIA DE MULHERES LABIRINTEIRAS DA COMUNIDADE DE REDONDA/CE	
<p>Eliane Cota Florio Stenio de Brito Fernandes Geraldo Mendes Florio Magnólia Maria Oliveira Costa Ana Lúcia Oliveira Aguiar</p>	
DOI 10.22533/at.ed.63719280523	
CAPÍTULO 24	236
TRABALHO DOCENTE, EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS PROCESSOS DE EXCLUSÃO: UM ESTUDO A PARTIR DA ABORDAGEM ESTRUTURAL DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	
<p>Sabrina Araujo de Almeida Judith Perez Ferreira Pedro Humberto Faria Campos</p>	
DOI 10.22533/at.ed.63719280524	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	248

FORMAÇÃO DOCENTE E A PRÁTICA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ESTUDANTES SURDOS

Polliana Barboza

Faculdade Alpha

João Pessoa, Paraíba

Fernando Rodrigues Tavares

Faculdade Alpha

João Pessoa, Paraíba

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar as contribuições da formação docente para a prática do Atendimento Educacional Especializado com estudantes surdos. Esta pesquisa foi de natureza qualitativo-descritiva e utilizamos para coleta de dados à técnica da entrevista com uma docente do AEE. Os resultados revelaram que existem dificuldades enfrentadas no AEE para o ensino de estudantes surdos, em razão da professora não dominar a Libras, ensinando apenas a língua portuguesa para surdos. É preciso ainda haver a ressignificação da prática docente, sendo necessário pensar em estratégias e metodologias mais eficazes e significativas no processo de ensino e aprendizagem de estudantes surdos.

PALAVRAS-CHAVE: Formação docente. Prática docente. Atendimento educacional especializado. Estudantes surdos.

ABSTRACT: The present work has as objective to analyze the contributions of the teacher

training for the practice of the Specialized Educational Assistance with deaf students. This research was qualitative-descriptive in nature and we used it to collect data on the interview technique with an AEE teacher. The results revealed that there are difficulties faced in the ESA for the teaching of deaf students, because the teacher does not dominate Libras, teaching only the Portuguese language for the deaf. It is also necessary to redefine the teaching practice, and it is necessary to think about strategies and methodologies that are more effective and meaningful in the teaching and learning process of deaf students.

KEYWORDS: Teacher training. Teaching practice. Specialized educational services. Deaf students.

1 | INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda questões acerca da formação docente para a prática do Atendimento Educacional Especializado – AEE com estudantes surdos. Para iniciarmos esta conversa é necessário compreender que o Atendimento Educacional Especializado - AEE é um serviço da área da educação especial que tem o intuito de organizar recursos pedagógicos que facilitem e contribuam no processo de ensino e aprendizagem das pessoas com

deficiência. O AEE, também visa identificar as barreiras que interferem no ensino e aprendizagem, obtendo meios que faça eliminá-las, para que os estudantes consigam sua autonomia e independência dentro e fora da escola.

As salas de recursos multifuncionais são ambientes que tem diversos equipamentos e materiais pedagógicos para o subsídio no atendimento educacional especializado e tem como foco prover através destes equipamentos, melhores condições de acesso e parcialmente a participação e aprendizagem no ensino regular das pessoas com deficiência.

Diante da publicação da lei nº 4.024/61 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que concretizou ações de forma fixa na área da educação especial, incentivou o direito das pessoas com deficiências no âmbito educacional, favorecendo o processo sistemático do ensino e aprendizagem dessas pessoas.

No que diz respeito à incumbência da matrícula, tanto dos adolescentes quanto das crianças surdas nas instituições educacionais, surgiu à lei nº 8.069/90, concernente do Estatuto da criança e do adolescente-ECA, que vem “estabelecer para os pais ou responsáveis a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino” (BRASIL, 1990).

A referida lei fortalece os princípios da educação especial ao dizer que “toda a criança tem direito a educação”, independente de credo, raça, deficiência, e os pais junto com o estado são a ponte para cumprir com essa responsabilidade.

O AEE por meio da Constituição Federal-CF de 1988, no seu artigo 208 recebe uma sustentação legal para que aconteça, qual seja o Estado, a efetivação de uma educação de qualidade. Nesse entendimento, o Estado tem o dever de garantir uma educação de qualidade para todos, e a CF de 1988 apresenta o AEE para as pessoas com deficiência.

No mesmo sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDBEN (9394/96), no seu artigo 58, relata sobre o ambiente da realização do AEE, que pode ser em escolas, classes entre outros. Destarte, corroboramos que existem leis que subsidiam os estudantes, que necessitam do atendimento educacional especializado.

Quando falamos em AEE, também frisamos o acompanhamento feito por professores especializados e capacitados nas escolas regulares de ensino ou até mesmo em um ambiente específico para os discentes com deficiência. Este atendimento com os referidos discentes deve ocorrer no turno oposto da aula do ensino regular que eles frequentam, podendo os mesmos ser atendidos de forma individual ou coletiva.

Referindo-nos ao AEE para as pessoas surdas, este precisa ser organizado em três momentos didático-pedagógicos: o AEE em Libras, em que é realizada a explicação dos conteúdos em Libras; o AEE para o ensino de Libras, em que o ensino da Libras é realizado por um professor ou professora de preferência surdo/a e o AEE para o ensino de língua portuguesa, que consiste no ensino desta como segunda língua para as pessoas surdas.

Pensando na formação docente para o AEE com alunos surdos, levantamos a

seguinte questão de pesquisa: como a formação docente contribui para a prática do atendimento educacional especializado com estudantes surdos?

Como objetivo, a pesquisa busca analisar as contribuições da formação docente para a prática do Atendimento Educacional Especializado com estudantes surdos.

Este estudo foi de natureza qualitativo-descritiva, tendo um contato mais próximo com os sujeitos e o lócus da pesquisa, com o objetivo de descrever o objeto de estudo, por meio dos fatos de uma realidade encontrada no lócus de pesquisa e através dos sujeitos.

Para atender ao objetivo da pesquisa realizamos a entrevista com uma professora que leciona na sala de recursos multifuncionais, realizando o Atendimento Educacional Especializado.

2 | O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E A FORMAÇÃO DOCENTE

No ano de 2003 teve início o programa educação inclusiva, promovida pela Secretaria de Educação Especial, Ministério da Educação - MEC, dando ênfase à nomenclatura direito à diversidade. A política de educação inclusiva abrangeu os municípios brasileiros e promoveu formação continuada para efetivar o processo educacional de forma inclusiva, através de programas complementares e suplementares com o foco na área da inclusão. Este programa também formalizou a implantação de salas de recursos multifuncionais em consonância com a ampliação do Projeto Educar na Diversidade.

O Atendimento Educacional Especializado decorre de uma nova concepção da Educação Especial, sustentada legalmente, e é uma das condições para o sucesso da inclusão escolar dos alunos com deficiência. Esse atendimento existe para que os alunos possam aprender o que é diferente dos conteúdos curriculares do ensino comum e que é necessário para que possam ultrapassar as barreiras impostas pela deficiência (BRASIL, 2007, p.22).

Evidencia-se que o AEE proporciona estratégias para que os discentes com deficiência na rede regular de ensino tenham uma permanência exitosa no convívio social e na sua aprendizagem cognitiva. Legalmente, o AEE vem sendo uma forma implementada para atender os aspectos da inclusão, porém é cenário de vários questionamentos relacionados à acessibilidade pedagógica e vêm auxiliar os discentes com deficiência a permanecer de forma ativa, buscando meios para melhorar o ensino e aprendizagem dos mesmos.

A educação especial na perspectiva inclusiva tem sido um objeto de estudo das legislações e normativas inerentes, que vem dando subsídio na concepção das Políticas Públicas educacionais referentes ao atendimento educacional especializado-AEE.

Bukler (2010, p.52), propõe para o AEE uma junção de componentes necessários, desse modo “compõe o AEE o professor itinerante, o professor mediador, as Salas de Recursos, os quais têm como objetivo de auxiliar o aluno com necessidades educacionais especiais durante o seu processo de ensino-aprendizagem em classe comum”.

Nesse pressuposto, vemos que o AEE propõe um trabalho direcionado para a proposta pedagógica da sala regular, visando suplementar e complementar o atendimento de forma específica para os discentes com deficiência, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

A formação docente não pode ser esquecida nesse contexto, esta precisa ser um processo contínuo e organizado para que a cada dia tenha uma nova descoberta e um aperfeiçoamento profissional. Ao longo da atividade profissional, os docentes vão adquirindo habilidades que pode ajudar o estudante em suas aprendizagens.

García (2005, p.138), diz que:

Em primeiro lugar, desenvolvimento pedagógico (aperfeiçoamento do ensino do professor através de atividades centradas em determinadas áreas do currículo, ou em competências instrucionais ou de gestão da classe). Em segundo lugar, conhecimento e compreensão de si mesmo, que pretende conseguir que o professor tenha uma imagem equilibrada e de autorealização de si próprio. A terceira dimensão do desenvolvimento profissional dos professores é o desenvolvimento cognitivo. A quarta dimensão é o desenvolvimento teórico, baseado na reflexão do professor sobre sua prática docente.

É importante ressaltar que, o docente precisa buscar se aperfeiçoar com cursos de pós-graduações, adquirir experiências e conhecimentos novos acerca da área da inclusão. É preciso ainda, que se tenha um maior investimento em estruturas adequadas para se ter a garantia na inclusão escolar, através de profissionais capacitados e equipamentos apropriados para trabalhar nas inúmeras áreas que abrange a inclusão em sua plenitude.

Nesse sentido, os/as docentes devem buscar melhores formas para trabalhar em uma perspectiva que visem metodologias diferenciadas e propiciem a aprendizagem para cada discente. É importante frisar que o AEE precisa ter equipamentos adequados para trabalhar com os discentes com deficiência, além disso, o professor precisa também desenvolver materiais adaptados para acessibilidade, atendendo a necessidade de cada um.

Conforme documentos oficiais, o atendimento educacional especializado é relevante para o/a estudante, visto que:

O ensino desenvolvido no ambiente especializado diferencia-se dos desempenhados nas classes comuns, os quais não são substitutivos à escolarização. O mesmo procura complementar o desenvolvimento autônomo dos alunos com vista à autonomia dentro e fora da escola. (BRASIL. 2007, p. 10).

Então, nesse contexto, é imprescindível esse atendimento na sala de recursos

multifuncionais para suporte no desenvolvimento do estudante com deficiência, pois o mesmo é uma ponte, que pode ajudar o discente para desenvolver sua autonomia dentro e fora da escola.

Neste contexto, Mantoan, Prieto e Arantes (2006), destacam que, a Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96 no artigo 58 e inciso III, enfatiza que, “os professores têm que ter especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores de ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”.

É notável que, o sistema de ensino deve ter um compromisso na formação continuada de docentes e que esta formação seja de qualidade, preparando-os a estarem aptos para implantar novas propostas e práticas de ensino que considere as diferenças.

Concomitantemente, desejamos um empenho maior do sistema de ensino, subsidiando os docentes para realizações de formações adequadas para inclusão de estudantes com deficiência, tanto na sala de AEE, quanto na sala regular, promovendo ao estudante um processo de aquisição de conhecimento para que ele possa ser um sujeito ativo na sociedade.

No AEE destacamos três momentos didáticos pedagógicos específicos: O atendimento educacional especializado para o ensino de Libras, em Libras e para o ensino da língua portuguesa.

O atendimento educacional especializado para o ensino de Libras é instituído como um dos momentos didático- pedagógicos existentes para os estudantes surdos participantes da sala regular. Este atendimento, segundo Damázio (2007), tem que acontecer frequentemente no contra turno das aulas da sala regular. A estruturação da didática é estabelecida através de atividades visuais para o ensino da Libras, e com muitas imagens, constituindo uma forma facilitadora para o estudante surdo compreender o que foi abordado.

O AEE em Libras consiste no momento em que os conteúdos são apresentados em Libras. Sobre isso, Damázio (2007, p.29) diz: “Nesse atendimento há explicações das ideias essenciais dos conteúdos estudados em sala de aula comum. Os professores utilizam imagens visuais e quando o conceito é muito abstrato recorrem a outros recursos, como o teatro [...]”.

O AEE para o ensino da língua portuguesa, por sua vez, tem como proposta o ensino de língua portuguesa como segunda língua para o estudante surdo. Acontece em período oposto da sala regular com o objetivo de satisfazer as especificidades da língua portuguesa. (ALVES, DAMÁZIO, FERREIRA, 2010, p. 17).

Nesse sentido, para este momento didático-pedagógico, é preciso ter um profissional na sala de AEE que tenha preferencialmente sua formação em letras e obrigatoriamente domine os contextos teóricos e linguísticos da língua portuguesa e da língua de sinais.

3 | CAMINHOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa foi qualitativo-descritiva com a finalidade de ter um contato mais próximo com os sujeitos e o lócus da pesquisa, descrever, compreender e realizar interpretações.

Gonsalves (2011, p.70) ressalta, que: “a pesquisa qualitativa se preocupou com a compreensão, com a interpretação do fenômeno, considerando o significado que os outros dão às suas práticas, o que impõe ao pesquisador uma abordagem hermenêutica”.

A pesquisa descritiva tem o objetivo de descrever o objeto de estudo, por meio dos fatos de uma realidade encontrada no lócus de pesquisa e através dos sujeitos. Para Gil (2008, p.28): “as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

A técnica utilizada para a coleta de dados foi à entrevista. Esta de acordo com Richardson (2015, p. 207) proporciona “o desenvolvimento de uma estreita relação entre as pessoas. É um modo de comunicação no qual determinada informação é transmitida de uma pessoa A a uma pessoa B”. Deste modo, a entrevista proporciona uma conversa com os participantes da pesquisa sobre o objeto de estudo escolhido, na busca de coletar dados acerca do mesmo.

A entrevista foi realizada com uma professora do AEE, chamada Paloma, de uma escola pública localizada no interior de Pernambuco. Organizamos um roteiro específico para a nossa conversa, atendendo ao objetivo de analisar as contribuições da formação docente para a prática do Atendimento Educacional Especializado com estudantes surdos.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

A participante, durante a pesquisa demonstrou um significativo entusiasmo em participar e se propôs a responder os questionamentos.

No quadro a seguir, apresentaremos os dados da docente, seguido das análises.

PROFESSORA	DEPOIMENTOS
Paloma	<p>Tenho magistério, fiz uma licenciatura em História, tenho 27 anos de rede estadual. Em 1998 eu fiz um curso de especialização em informática educativa. Este era voltado também para professores de séries de reabilitação que trabalhavam com aluno com deficiência.</p> <p>Procurei ver outros cursos que me colocasse neste universo, por que de certa forma eu estava mais no universo de história, no universo de outras matérias que não era para uma sala de AEE.</p> <p>Eu estou fazendo curso de AEE, estou fazendo um curso de pós-graduação em Psicopedagogia para poder melhor atender, principalmente esta questão de aprendizagem, por que eu apesar de quase trinta anos de trabalho, eu ainda estou me sentindo uma iniciante. Para mim, é um desafio o tempo de trabalho, não está valendo de nada para mim.</p> <p>Eu tenho que pesquisar, tenho que está por dentro de algumas formas e abrir novos horizontes, por que o contato que eu tive com os surdos, eu vi que o mundo está aí aberto, que não precisa eles ficar em casa presos, eles podem voar, e só quem sabem são eles os limites deles, não sou eu que vou limitá-los.</p>

Quadro 1: Dados da docente

Entrevista /2017

A explanação de Paloma evidencia as suas formações: curso livre de formação, graduação e pós-graduação, assim como as suas experiências como docente. Ela também relatou que ao ir para sala do AEE, teve o interesse em se qualificar para melhor atender os alunos com deficiência do município em que ela trabalha.

Neste contexto, Rivaroli e Albernaz (2018, pag.175) relatam que:

A formação, na maioria das vezes, segue modelos normativos para a sua realização, preocupando-se com os currículos, planos de ensino, metodologias diferentes e avaliações. Dessa forma, não consegue dar suporte às questões que urgem nos dias atuais sobre as relações entre os indivíduos e o mundo. Essa realidade nos faz repensar na formação atual dos professores.

Diante disso, vemos que a formação não deve ser apenas direcionada com o foco de obter resultados quantitativos, mas também granjear uma formação em que atente ao mundo e a realização social e cultural dos indivíduos. A docente relata que apesar de muitos anos e experiência no magistério, ainda se sente uma principiante em meio a este novo mundo, o da inclusão. Segundo Cury (2003, p.127) “a exposição interrogada gera a dúvida, a dúvida gera o estresse positivo, e este estresse abre as janelas da inteligência. Assim formamos pensadores, e não repetidores de informações”.

O autor enfatiza que quando há dúvida, a mesma, pode gerar um aspecto positivo ao fazer o/a docente refletir e buscar respostas. Como também provocar e estimular a inteligência. E, sobretudo desenvolver um papel no processo de ensino e aprendizagem, de gerenciador de conhecimento.

PROFESSORA	DEPOIMENTOS
Paloma	<p>Dificuldade, acho que meu grande desafio, é que eu não ensino Libras, ensino português para surdo. Então como eu ensino português, a minha questão é qual o estalo que faz um surdo querer ler em português como é? Pois, o português ele é muito sonoro, você precisa do som.</p> <p>Aí você vai lembrando o som e vai usando ele no devido local, mas o surdo é imagem isso eu sei. Então qual o estalo dele? Para mim é a grande descoberta que eu quero saber qual o estalo do surdo para aprender a ler? Eu já fiz algumas atividades que estão incentivando a leitura que eu achei bem interessante, mas eu não sei se realmente foi no ponto que eu queria.</p> <p>Eu trouxe por escrito uma história em português e depois fui com eles assistir o vídeo que é pequeno.</p> <p>A mesma história que estava ali escrita em português, estava em Libras no vídeo, então eles foram vendo aquela história. Antes eu pedi que eles identificassem as palavras que eles conheciam e fizesse um sinal para mim.</p> <p>Eu conheço um pouco de Libras. Fui vendo que eles estavam identificando às palavras pequenas e as palavras grandes não identificaram.</p> <p>Mas, é a grande dificuldade que eu encontro, é descobrir o estalo, de como é que a pessoa vai aprender.</p> <p>Não que esta atividade fez com que eles aprendessem, mas eu noto que eles estão querendo muito não faltam.</p>

Quadro 2: Dificuldades enfrentadas como professora do AEE

Entrevista /2017

Paloma discorre que tem um grande desafio, o de proporcionar o ensino da Língua Portuguesa para surdos, pois o português é muito sonoro, precisa do som. A docente relata sua preocupação em ensinar o português para surdos. Sua metodologia é focada na escrita e visual do surdo, trazendo histórias em texto e vídeos em libras. A metodologia de ensino quando interligada a um recurso didático e empregada de forma apropriada, se tornam um mecanismo indispensável para a aprendizagem do estudante (CRUZ; LIBARDI, 2017).

Referente às práticas pedagógicas, Damázio (2007, p.21) explana que:

As práticas pedagógicas constituem o maior problema na escolarização das pessoas com surdez, torna-se urgente, repensar essas práticas para que os alunos com surdez, não acreditem que suas dificuldades para o domínio da leitura e da escrita são advindas dos limites que a surdez lhes impõe, mas principalmente pelas metodologias adotadas para ensiná-los.

Para que o/a aluno/a surdo/a venha realmente ter êxito no processo de ensino e aprendizagem, é preciso que o/a docente trabalhe metodologias dinâmicas e diversificadas em que o surdo se sinta incluso na temática e participe do seu aprendizado, sendo um aluno/a ativo no seu desenvolvimento.

Percebe-se na fala da docente que ela não tem fluência em Libras, fator este que lhe ajudaria muito para o desenvolvimento do aluno surdo, mas o pouco que sabe de Libras tenta fazer o melhor para subsidiar no ensino e aprendizagem da língua

portuguesa para surdos.

Nas palavras de Rautenberg (2017, p.38) Os professores:

precisam ser capacitados para fazer um trabalho significativo com os alunos surdos e esse preparo deve ser estabelecido de forma mais precisa pela própria instituição de formação dos mesmos. Incluir disciplinas que oferecem conteúdos genéricos e que não apresentam discussões de conhecimentos específicos da área de atuação continuam permitindo que os graduandos iniciem suas jornadas fora do mundo acadêmico sem as competências necessárias, dificultando a inclusão dos alunos surdos no ambiente escolar.

Neste contexto, entendemos que existe a urgência na formação de professores e professoras para o ensino de Libras. Uma formação para professores e professoras de forma mais contundente pode ajudar a melhorar as práticas pedagógicas com alunos surdos no AEE.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível perceber a preocupação da professora com as práticas pedagógicas realizadas no AEE, e esta preocupação pode ter se dado através da sua formação, pois ela mesmo com um tempo de serviço amplo buscou formações na área do AEE, da Libras e da inclusão.

Os resultados da pesquisa evidenciaram também que existem dificuldades no AEE para os estudantes surdos, em razão da professora não dominar a Libras, ensinando apenas a Língua Portuguesa para surdos. É preciso ainda haver a ressignificação das práticas pedagógicas da professora, sendo necessário pensar em estratégias e metodologias mais eficazes e significativas no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes surdos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Carla Barbosa; FERREIRA, Josimário de Paula; DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: abordagem Bilíngue na Escolarização das Pessoas com Surdez**. Brasília: MEC/SEESP/UFC, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 jul. 2018.

_____. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Lei de Diretrizes e bases da educação Nacional**. Brasília: Ministério da Educação, 1961. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 jun. de 2018.

_____. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 12 jun. 2018.

_____. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**

Nacional – LDBEN. Brasília: Ministério da Educação, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf> Acesso em: 11 jun. de 2018.

_____. **Atendimento Educacional Especializado:** Deficiência Mental. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

BÜRKLE, Thyene da Silva. **A sala de recursos como suporte à Educação Inclusiva no Município do Rio de Janeiro:** das propostas legais à prática cotidiana. 2010. 147f. Dissertação de Mestrado em Educação. Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

CURY, Augusto Jorge. **Pais brilhantes, professores fascinantes.** Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

CRUZ, Ingrid Aparecida da; LIBARDI, Helena. **Concepções de uma licenciada em física:** obstáculos para o ensino- aprendizagem dos estudantes com deficiência auditiva. 2017. XXII SNEF. Disponível em: <http://www1.sbfisica.org.br/eventos/snef/xxii/sys/resumos/T0734-2.pdf> Acesso em: 10 jul. 2018.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Atendimento Educacional Especializado:** Pessoa com Surdez. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

GARCIA, Carlos Marcelo. **Formação de professores** – para uma mudança educativa. Coleção ciência da educação XXI. Porto: Porto, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica.** 5. ed. Campinas: Alínea, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa. Eglér. PRIETO, Rosângela Gavioli. ARANTES, Valéria Amorim. (Org). **Inclusão escolar:** pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

RAUTENBERG, Eliana. **As dificuldades no ensino de física para alunos surdos.** 2017. 72f. Trabalho de conclusão de curso. Centro de ciências físicas e matemáticas. Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2017.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

RIVAROLI, Ana Paula dos Santos. ALBERNAZ, Roselaine Machado. O cuidado de si e as três ecologias: problematizando uma formação. **Revista Internacional de Formação de Professores.** Itapetininga, v.3, n.1, jan/mar, 2018. Disponível em: <http://itp.ifsp.edu.br/ojs/index.php/RIFP/article/view/1192>. Acesso em: 29 jul.2018.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Glaucia Wesselovicz - Bacharel em Administração (UNIÃO), Especialista em Logística Empresarial (SANTANA) e Especialista em Gestão de Projetos (POSITIVO), Conselheira do COMAD – Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas, Representante do PROPCD – Programa de Inclusão da Pessoas com Deficiência, Representante no Grupo de Gestores do Meio Ambiente dos Campos Gerais, Articuladora de Projetos Estratégicos do SESI para o Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial, Junior Achievement, ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável atuando a 6 anos com ações de desenvolvimento local.

Janaina Cazini - Bacharel em Administração (UEPG), Especialista em Planejamento Estratégico (IBPEX), Especialista em Educação Profissional e Tecnológica (CETIQT), Practitioner em Programação Neurolinguista (PENSARE) e Mestre em Engenharia da Produção (UTFPR) com estudo na Área de Qualidade de Vida no trabalho. Coordenadora do IEL – Instituto Evaldo Lodi dos Campos Gerais com Mais de 1000h em treinamentos in company nas Áreas de Liderança, Qualidade, Comunicação Assertiva e Diversidade, 5 anos de coordenação do PSAI – Programa Senai de Ações Inclusivas dos Campos Gerais, Consultora em Educação Executiva Sistema FIEP, Conselheira do CPCE – Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial. Co-autora do Livro Boas Práticas de Inclusão – PSAI. Organizadora da Revista Educação e Inclusão da Editora Atena.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-363-7

